

Fontes e contextos do Arquivo Nacional de Angola:

entrevista com Alexandra Aparício

Sources and Contexts from the
National Archives of Angola: An
Interview with Alexandra Aparício

IRACEMA DULLEY

Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pesquisadora Associada do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

idulley@gmail.com

ALEXANDRA APARÍCIO

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) e Diretora do Arquivo Nacional de Angola

alexandra.m.aparicio@gmail.com

RESUMO: A entrevista que se segue apresenta aos pesquisadores e estudantes interessados na história de Angola, do século XVIII ao século XX, os materiais que poderão encontrar ao visitar o Arquivo Nacional de Angola, em Luanda. Como diretora do arquivo, Alexandra Aparício, além de apresentar a documentação, discorre sobre como se constituiu o acervo atualmente disponível e o concebe em movimento, refletindo sobre quais serão as próximas incorporações, como se dará a gestão da documentação do pós-independência e o que ainda deve ser feito para que os documentos existentes estejam devidamente preservados e disponíveis. A entrevista ajuda-nos a compreender um pouco da história desse rico acervo, cujos documentos estão imbricados com a própria história de Angola.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; história; documentos; colonialismo; pós-colonialismo.

ABSTRACT: This interview presents to the researchers and students interested in the history of Angola from the 18th to the 20th century the materials they might find when visiting the National Archives of Angola in Luanda. Alexandra Aparício, director of the Archives, addresses not only the documentation, but also how the currently available collection was constituted. She views the archives dynamically and reflects on what the next incorporations will be; how the post-independence documentation will be managed; and what must be done for the existing documents to be duly preserved and available. The interview helps us understand some of the history of this rich collection, whose documents are entangled with the very history of Angola.

KEYWORDS: Angola; history; documents; colonialism; post-colonialism.

Alexandra Aparício, diretora geral do Arquivo Nacional de Angola, gentilmente concedeu-me uma entrevista na tarde ensolarada de 26 de outubro de 2016. Nosso encontro ocorreu em Luanda, na sede do Arquivo, no gabinete da direção. Grande conhecedora dos meandros das fontes e da história do Arquivo, Alexandra discorreu sobre a documentação nele disponível e sobre os contextos aos quais os documentos se relacionam. A entrevista que se segue apresenta aos pesquisadores e estudantes interessados na história de Angola, do século XVIII ao século XX, os materiais que poderão encontrar ao visitar o Arquivo Nacional de Angola, na capital. Como diretora do arquivo, Alexandra fala também sobre como se constituiu o acervo atualmente disponível e o concebe em movimento, refletindo sobre quais serão as próximas incorporações, como se dará a gestão da documentação do pós-independência e o que ainda deve ser feito para que os documentos existentes estejam devidamente preservados e disponíveis. Esperamos que as linhas que se seguem ajudem a compreender um pouco da história da documentação sobre Angola, a qual se imbrica com a própria história do país. Felizmente, para pesquisá-la, conta-se com um rico e vasto acervo.

IRACEMA DULLEY — Primeiramente, falemos um pouco sobre a história do arquivo. Quando ele teve início? Como se deu sua formação e que tipos de documentação ele abrangeu ao longo de sua história?

ALEXANDRA APARÍCIO — O primeiro inventário da documentação foi feito em 1754. Em 1873 foi realizada a primeira inventariação de documentos da província de Angola. Em 1891, foi passada a ordem de que toda documentação anterior a 1874 deveria ser recolhida à Torre do Tombo, em Portugal. Isso fez com que muitos documentos do século XIX fossem enviados para lá. Até meados do século XIX foi enviada grande parte da documentação, mas uma parte ficou. Em 1933 teve início uma publicação com o título “Arquivos de Angola”, no âmbito da qual uma equipe começou a inventariar a documentação existente. Naquela altura ainda não havia sido criado o arquivo colonial. Eram arquivos administrativos. Essa revista hoje é útil porque nela há documentos que foram para Portugal e outros que estão em Angola, mas em mau estado. Por meio dela conseguimos saber o que havia nessa documentação.

O arquivo iniciou-se na década de 1930, quando foi criado o Arquivo Histórico Colonial. Ainda não se localizava neste espaço [o edifício localizado na Rua Pedro Félix Machado, 49, em Luanda]. Ficava na Fortaleza de São Miguel, onde hoje está o Museu de História Militar. O arquivo ficava num

depósito. Lá permaneceu até a independência [1975]. Na Fortaleza de São Miguel ele esteve ligado ao Museu de História Natural, que coordenava o arquivo e também a biblioteca. Posteriormente, quando foi criada a Biblioteca Nacional, ela passou para o edifício onde funciona atualmente. O arquivo já tinha parte da documentação que tem hoje, mas foi incorporando outros documentos conforme estes foram sendo encontrados. Em 1938 criou-se o Museu de Angola, com a biblioteca e o arquivo. Em 1966 o arquivo deixou de estar sob a alçada do Museu de Angola e passou a ser somente arquivo. Nos anos 1960 uma equipe, que contou com Carlos Couto¹ entre seus participantes, iniciou um inventário, o roteiro dos códices², que eram a documentação mais antiga. Em 1977 o arquivo veio para este edifício³.

Segundo a norma da instituição que é hoje o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Portugal, a documentação das colônias deveria sempre ser remetida para o AHU. Entretanto, por algum motivo desconhecido, a documentação do século XVIII ao século XX permaneceu em Angola. Os outros arquivos das antigas colônias portuguesas não têm a riquíssima documentação que nós temos, abrangendo um período tão longo. Ela ficou aqui. Às vezes encontram-se documentos mais antigos, mas o grosso do nosso arquivo vai do século XVIII até o século XX, especificamente até 1975. Temos por volta de 10 km de documentos desse período.

Logo a seguir à independência, a instituição teve o nome de Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica (CNDIH). Até perto dos anos 1990 teve esse nome, que então foi mudado para Arquivo Histórico de Angola. Em 2002, tornou-se Arquivo Histórico Nacional. A partir de 2009, quando seu estatuto orgânico foi publicado no Diário Oficial da República, passou a ser o Arquivo Nacional de Angola, nome que mantém até hoje. Insistimos no nome correto, mas as pessoas se confundem. No entanto sua função continua a ser também a de arquivo histórico, de tratamento e salvaguarda da documentação existente.

ID — Como o arquivo está organizado? Quais são os períodos e regiões abrangidos? Quais foram os critérios adotados para a distribuição da documentação?

AA — A documentação avulsa foi distribuída geograficamente por algum motivo que não sabemos, ao contrário do que geralmente é feito num arquivo profundo. Nós mantivemos a arrumação geográfica para não desfazer a arrumação já existente. Quando conseguirmos terminar de tratar toda a documentação por fundos, ela estará disponível na base de dados. Por

exemplo, se alguém quiser consultar os papéis da alfândega, deve começar por Luanda e depois analisar a documentação geográfica. Temos mais de cinco mil caixas com documentos e milhares de maços que ainda nem sequer conseguimos organizar, pois a equipe é pequena.

A documentação inclui códices, o núcleo do governo de Benguela, a secretaria geral do governo, o governo geral de Angola, a imprensa, a alfândega, os tribunais e correspondências. A tipologia documental é variadíssima: inclui relatórios, atas, notas e correspondências. E ficamos com o grosso dos códices, que são a documentação mais antiga. Inicialmente eram três mil códices e hoje temos de 13 a 15 mil códices. Os primeiros cinco mil códices estão inventariados e os outros aguardam a formação de uma equipe para dar continuidade ao tratamento dessa documentação. Permitimos até mesmo consulta a documentos que não estão devidamente tratados. Mediante orientação, os usuários podem fazer a pesquisa mesmo com a documentação em bruto, pois se formos esperar que toda a documentação esteja tratada para estar acessível aos usuários, nem dentro de dois, cinco ou dez anos isso seria possível. São formas de trabalhar que temos para permitir que o público possa usufruir de nosso rico acervo.

Nós herdamos também, para além do arquivo, parte do acervo bibliográfico do Museu de Angola que havia no tempo colonial. Temos um acervo bibliográfico com várias obras esgotadas em qualquer parte do mundo. São um suporte muito importante para a história de Angola. Herdamos a coleção iconográfica — postais, mapas, pinturas, gravuras, fotografias — que está organizada por áreas. Os postais já estão digitalizados e as pinturas estão em processo de digitalização. Temos pinturas originais de pintores da época colonial, de angolanos que começaram a pintar nessa altura. Temos fotografias, em parte já identificadas. Descobrimos, num armário, caixas de papelão com milhares de fotografias das décadas de 1940 a 1970, as quais estão sendo lentamente identificadas e inventariadas. Tudo que já foi inventariado está à disposição do público.

Depois do período colonial foram incorporados alguns fundos. A Direção Nacional de Viação e Trânsito fez incorporar um fundo. O Tribunal Administrativo também. Temos milhares de maços, processos individuais de antigos funcionários da administração. Esses documentos estão inventariados, mas os maços ainda não estão abertos ao público por conterem dados pessoais de muitas pessoas que ainda podem estar vivas. Há um vasto acervo sobre obras públicas, com mais de seis mil planos e projetos de edifícios públicos e privados por toda Angola. Oferecemos essas informa-

ções para estudantes de arquitetura de várias universidades angolanas, os quais muitas vezes estão à procura de um projeto para estudar ou recuperar. Esse acervo também foi incorporado depois da independência. Para além dos fundos que acabo de referir, há também os das câmaras municipais, da administração civil, da administração do concelho, dos caminhos de ferro de Benguela, Mossâmedes e Luanda. Há fundos sobre as açucareiras, grandes empresas que tratavam da cana de açúcar durante o período colonial, e sobre o cultivo do algodão. Há toda uma correspondência voltada para temas econômicos.

No que diz respeito à tipologia documental, há cadernetas indígenas, listas de escravos, mapas estatísticos, guias de desembarço e documentos militares. Nos códices da documentação referente ao período da escravidão encontram-se inclusive as marcas que os senhores punham nos seus escravos para identificá-los. Os maços do tribunal administrativo são cerca de 6.500, com processos de trabalhadores e propriedades, com datas entre 1920 e 1950. Temos também cerca de três mil processos relativos a impostos sobre terrenos e casas.

Por sermos o arquivo de um país africano, a oralidade é extremamente importante. Foi criada uma área de arquivo oral. Temos dezenas de depoimentos gravados sobre a luta de libertação. Entre eles estão depoimentos relacionados ao Processo dos 50, processo em que foram julgados vários nacionalistas que estavam na clandestinidade no fim dos anos 1950. A PIDE⁴ prendeu uma série deles num processo e conseguimos entrevistar parte desses nacionalistas. Muitos já morreram. Temos mais de vinte depoimentos. Há também os processos da Baixa de Kassanje, com depoimentos de pessoas sobre quando as autoridades coloniais jogaram napalm na região para pôr fim à revolta dos trabalhadores do algodão que reclamavam suas condições de trabalho. Começamos a gravar depoimentos relacionados a outros processos relativos à luta de libertação.

ID — Há outros usos para a documentação do arquivo para além da pesquisa histórica sobre Angola?

AA — A documentação do arquivo é usada não só para projetos de pesquisa. Reconhecemos que os nossos usuários para essa documentação são mais estrangeiros do que nacionais. Temos sempre pedidos de universidades de qualquer parte do mundo para a vinda de pesquisadores para teses de mestrado, doutoramento, pós-doutoramento, projetos de pesquisa, elaboração de arquivos. Entretanto, às vezes temos pedidos de instituições para cola-

borarmos em exposições nas quais apresentamos parte do acervo, na maioria das vezes em formato digital. O intuito da participação nesses eventos é a divulgação. Por exemplo, nas efemérides por ocasião da independência nacional e no dia 8 de janeiro (dia da cultura nacional) organizamos mostras com a tipologia do acervo (iconográfico e documental) para que o público conheça e saiba o que pode encontrar na nossa documentação.

Muita gente nos procura para ver se é o proprietário de uma casa quando tem que pagar os impostos prediais que o Estado cobra. Muitas vezes as pessoas conseguem comprovar que o terreno é seu e pagar os impostos através da documentação existente aqui. Há também pedidos de pessoas que trabalharam no Estado e querem ver se a documentação está aqui, entre os maços do tribunal administrativo. Tentamos encontrar. Às vezes é difícil porque ela não está totalmente inventariada. Mas tentamos dar respostas às necessidades das pessoas sempre que possível.

ID — Como são as condições de armazenamento da documentação?

AA — As condições atmosféricas do edifício não são ideais. Há poeira. Tenta-se fazer uma pequena higienização tendo em conta nossas possibilidades. Há fundos documentais que não abrimos por não podermos tratá-los, pela falta de um laboratório de restauro, por não termos mais espaço para a colocação de estantes após o tratamento documental. Nesses casos, preferimos saber que estão numa área da cave do edifício, em estantes, onde é feita a higienização sempre que possível. Aguardamos melhores dias, uma melhor equipe e equipamentos para tratar essa documentação.

ID — Existe a intenção de digitalizar o acervo? Como é feita a conservação dos documentos?

AA — Quando conseguirmos, queremos digitalizar o arquivo todo. Já temos milhares de imagens digitalizadas. Começamos com projetos com instituições, algumas delas brasileiras. A UFF [Universidade Federal Fluminense] teve uma parceria conosco e estabelecemos também colaborações com outras universidades do Rio de Janeiro, como a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] e a Universidade Cândido Mendes. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [IHGB] enviou-nos um acervo digitalizado e nós lhes enviamos o nosso acervo que foi digitalizado. Com a Universidade de York, no Canadá, tivemos uma equipe que esteve aqui trabalhando na digitalização de material sobre escravidão, com o qual fazem pesquisas. Temos a coleção de postais. Estão sendo digitalizadas pinturas e gravuras.

Não há mais documentação digitalizada, primeiro porque não havia equipamento. Há dois anos conseguimos comprar um scanner que está a funcionar a 60% porque teve uma falha que ainda não se conseguiu resolver. Temos três scanners que funcionam. Quando é possível, tendo em conta a equipe escassa, os materiais são digitalizados.

Temos um projeto que aguarda continuidade, que é o levantamento do acervo sobre Angola no exterior. Começamos com uma pesquisadora que fez o levantamento sobre a documentação em alguns dos arquivos de Portugal. São milhares de documentos que aguardam disponibilidade de nossa parte para serem digitalizados. Alguns já estão, outros não. Às vezes, pela nossa participação em projetos do Ministério da Cultura, que é o nosso organismo de tutela, conseguimos ir a outros arquivos. Por exemplo, no âmbito de um projeto para a identificação das figuras mais antigas de nossa história para dar a conhecer seus feitos, estivemos em Portugal e na Itália em arquivos onde identificamos documentos e os digitalizamos, especialmente documentos sobre o Reino do Kongo e documentos envolvendo a soberania Njinga a Mbande. Digitalizamos dezenas de documentos que constam de nossos arquivos. Aguardamos melhores dias para podermos continuar a digitalizar nosso acervo como forma de preservação dos originais e facilidade no acesso, o que inclui a formação da base de dados documental. Começamos com uma base de dados bibliográfica, que conta com 12 a 15 mil títulos, que em função de um problema não está funcionando. Esperamos resolver essas questões técnicas para dar continuidade a esses projetos: recolocar a base de dados bibliográfica, recomençar a base de dados documental, concluir as digitalizações. Temos de 2 a 15 km de documentos, alguns em mau estado, que precisam de restauração antes da digitalização.

ID — O Arquivo Nacional de Angola é muito importante para a escrita da história do país. Quais áreas, na sua opinião, mereceriam ser mais exploradas?

AA — Acho que ainda tem muita coisa. Vou dizer uma frase que um professor brasileiro dizia há dez anos. Dizia ao meu primo que se tivesse um país com trinta anos de vida daria pulos de alegria, porque há muito a ser feito. Digo o mesmo. Temos 40 anos de independência como país e temos tudo. Mas temos ainda tão pouca gente! Quando me dizem que já se falou tudo sobre o Reino do Kongo digo que não, que não está tudo pesquisado. É um novo olhar, uma nova perspectiva. Se o Reino do Kongo é a área mais antiga, que tem tantas pesquisas de tantas partes do mundo, o que se fará, por exem-

plo, do sul de Angola, cuja fronteira foi definida nos anos 20 do século XX? O que se fará do Leste? Não temos ainda em Angola pessoas suficientemente especializadas em história econômica, nas questões coloniais dos anos 1930, ou em outras temáticas para estudar todos os períodos da história do país. Ainda somos poucos para todo o trabalho que há para fazer. Temos um curso de história na Faculdade de Ciências Sociais que abriu há 10 ou 12 anos. Já há licenciados, mas poucos se dedicam à pesquisa. Os mestres e doutores formados em história em Angola são muito poucos. Angola é tema de pesquisa para o mundo inteiro. Muitos pedem para ver a documentação. Mas ainda há tanta coisa a se fazer!

Por exemplo, temos a oralidade. Ao fazermos a história, costuma-se perguntar quando a verdadeira história de Angola surge. Sabemos que não se trata da história verdadeira. O conhecimento tem de ser construído, acho que por todos. Um projeto que eu gostaria muito de desenvolver seria uma história geral de Angola com uma equipe multidisciplinar composta por integrantes de vários países que estudam Angola, pois só assim vamos conseguir. Não conheço nenhum angolano em Angola que trabalhe a temática do tráfico, da escravidão. Eu andava a querer alguém para indicar para um projeto, pois surgem propostas. Posso dar algumas pinceladas, mas não sou especialista em tráfico. Precisamos de alguém que possa ter um envolvimento total na questão do tráfico. Tenho dois doutorandos trabalhando a temática da resistência. Gosto dela. As resistências são muitas, são várias, a depender da época. Houve as tentativas dos primeiros encontros, as tentativas de ocupação, a ocupação de fato, as guerras de libertação, o nacionalismo, a luta de libertação nos anos 1960 e 1970. Gosto mais de trabalhar a resistência do século XIX, mas pela paixão pelos documentos acabo sempre por trabalhar os séculos mais antigos, mais história política e social. Mas no âmbito da história militar há também muitos documentos a serem trabalhados. Há documentos escritos do fim do século XIX ao início do XX. Há relatórios das campanhas do sul de Angola, relatórios ditados por participantes. Nós recolhemos relatos de netos dessas pessoas. Hoje já é difícil encontrar uma pessoa viva. Mas há 20 anos ainda recolhemos alguma informação de participantes nessas batalhas, figuras da resistência.

Dou pulos de alegria por termos tanta coisa. O que entristece é ter tão pouca gente a fazer essas pesquisas. Temos um campo inesgotável. Vejo que os jovens trabalham muito o século XX. Tentamos incentivar para que trabalhem os outros séculos. Talvez isso se deva ao fato de ser mais fácil de ler os documentos. Percebo isso nos técnicos do arquivo. Eles não conseguiam ler

a documentação do século XVII. Então combatemos essa falha. Conseguimos mandar uma equipe que estudou paleografia e diplomática para conseguir ler os documentos. Eu tenho conhecimentos do latim e do italiano. Gostaria de melhorar meus conhecimentos de latim, italiano, espanhol e português arcaico, pois do contrário não se consegue ler essa documentação. Então é importante que haja essas disciplinas.

Temos interesse em tentar obter cópias digitalizadas. Pelos acordos institucionais temos conseguido ter acesso aos documentos pagando apenas pela digitalização. Essa documentação tem que ser tratada. Alguns documentos dos Arquivos Secretos do Vaticano já foram tratados. Foram restaurados. Há alguns que ainda não estão acessíveis ao público porque ainda precisam de tratamento. Mas é uma documentação riquíssima, de dar pulos de felicidade. Esse arquivo do Vaticano é um dos vários na Itália que têm documentos sobre Angola. É escolher. Nós podemos escolher a área, o período, quer por área geográfica, quer por tema ou cronologia. Vamos trabalhar! Por exemplo, pode-se fazer a história dos caminhos de ferro, dos transportes, histórias regionais, a importância de determinadas áreas. A cidade do Dondo, por exemplo, tem uma importância que começa no século XVII e vai até o século XX. Uma única região já tem documentação e informações suficientes para que se faça sua história econômica, política e social em várias épocas: a questão do transporte, da agricultura, a instalação das fábricas. Cada um pode se servir. Incentivamos é a pesquisa, para que haja resultados.

ID — Poderia falar um pouco sobre sua formação? Quais são os aspectos que considera mais importantes na gestão de um arquivo?

AA — Trabalho com arquivos e bibliotecas há 33 anos. Comecei casualmente, pois a minha paixão era arqueologia e história. Devido a uma lei que saiu nos anos 1980, eu estava fazendo a formação média para ser professora de história e geografia do ensino base. Mas era muito tímida e tive a oportunidade de vir trabalhar numa instituição cultural. Não queria dar aulas e tinha que ir trabalhar para algum lado. Um amigo lembrou-se de que existia o Centro de Documentação Histórica. Comecei com 18 anos a arrumar livros nas estantes. Fui ganhando interesse. Era uma área que não conhecia. Queria fazer arqueologia, mas fiz história. Voltei a trabalhar no arquivo. De 1995 a 1999 dirigi a Biblioteca Nacional de Angola. Fui depois fazer mestrado e doutorado em ciência da informação na Universidade de Brasília porque sempre foi meu sonho fazer uma formação na área. Fiz formação dupla, em bibliotecas e arquivos.

As tecnologias da informação chegaram com força. Tenho feito estágios e publicado sobre questões de arquivos e história. Divido meu tempo entre fazer pesquisa histórica, quando consigo, participar de conferências, fazer a divulgação do acervo e coisas relacionadas ao acesso à informação. É minha paixão. Trabalho com cultura desde sempre. Se me tirarem daqui, não sei fazer outra coisa. Trabalho no Ministério da Cultura há 33 anos, não só nesta casa. Coordeno, às vezes, projetos, participo em discussões e temas do Ministério da Cultura, na execução de políticas e na elaboração de documentos oficiais. Tudo relacionado com questões de arquivo e cultura. Sempre trabalhei para o Estado e não me vejo a fazer outra coisa. Minha paixão é fazer pesquisa, trabalhar com documentos. Queria ter mais tempo para poder mergulhar nos documentos existentes. Mas infelizmente as questões administrativas e burocráticas roubam muito tempo. As pesquisas ficam sempre para depois.

Trabalho mais o século XVIII. Na licenciatura, comecei com Benguela no século XIX: Benguela, Bié, Huambo. Depois, devido às funções que tenho e por esses projetos dos quais participo como diretora, passei a trabalhar mais o século XVIII. Gosto. Sou apaixonada por questões de resistência. Mas às vezes, por interferência de funções, preciso trabalhar em outras coisas. Entro e mergulho nas documentações necessárias. Gosto mesmo é de trabalhar com a documentação mais antiga, focar no que está dito, mas não está escrito. Construir. Isso sim me apaixona. E o trabalho que agora estou a querer fazer para a mesa redonda internacional sobre Mbanza Congo é exatamente trabalhar a documentação sobre o Reino do Kongo. Apesar de ser tão antiga ainda há muito a ser dito. São precisos novos olhares e pesquisas sobre essa documentação para descobrirmos a organização sociocultural, a administração, os meandros, o que estava por trás. Até que ponto pode-se dizer que um europeu registrou... era prática os missionários serem escribas, mas depois há uma prática que passa para as cortes africanas cujos soberanos mandam seus filhos estudarem em Portugal, na Espanha e na Itália. Vemos a correspondência de filhos do país, do que hoje são angolanos, congueses, dos reinos do Ndongo e Matamba, que escrevem nessas línguas. Isso tem que ser visto de outras perspectivas. Não só o que a carta diz, mas os meandros da escrita. Tem ali umas coisas que estão ditas, mas não estão escritas. Não é uma narrativa linear europeia. Temos que tratar essa documentação. Por ela vemos como eram estrategistas aquelas figuras de nossa história que a historiografia colonial trata de primitivos, incultos. Há muita coisa ainda por dizer da nossa história. E é isso que me apaixona. Quando tenho disponibili-

dade gosto de trabalhar identidade, questões contemporâneas, a tecnologia na documentação. Tentar conciliar os termos de ontem e de hoje.

ID — Como é a formação para lidar com a documentação em Angola? Como ela impacta o trabalho que pode ser feito com o material disponível?

AA — Há uma escola, o Instituto Superior de Ciências da Comunicação (ISU-CIC), que forma arquivistas, bibliotecários e museólogos. A primeira turma forma-se no próximo ano. No curso há um tronco comum de disciplinas durante dois anos e os últimos dois anos dividem-se nas várias áreas. Deveria haver também um curso técnico médio para ciências documentais. Gostaria de trabalhar com o Ministério da Educação para a criação desse curso médio. Seria uma mais valia não só para Luanda, mas também para as outras províncias.

Deveria haver arquivos em outras províncias, mas ainda não há. Estamos no processo de criação de leis para o sistema nacional de arquivos. Esperamos ter uma proposta para janeiro. Vamos produzindo legislação, fazendo leituras para fazer propostas de leis para termos um sistema nacional de arquivos a funcionar. Nas províncias há apenas arquivos administrativos. Será uma rede longa e extensa, pois são mais de 160 municípios e 18 capitais. Foi criado o arquivo provincial do Namibe, mas ainda não é o ideal. Há dois técnicos com conhecimentos, mas não são arquivistas de profissão. O Arquivo Nacional dá formação para os técnicos da administração do Estado. Treinamos esses técnicos em seminários e cursos para que saibam organizar os arquivos e possam contribuir para sua gestão. Assim será mais fácil com as futuras incorporações que pretendemos fazer no novo edifício.

ID — Quais são os projetos do arquivo para o futuro?

AA — Temos um projeto de construção de um arquivo definitivo que já começou. Contava-se, em 2017, mudarmos para o novo edifício, mas provavelmente isso não poderá se concretizar. O novo edifício terá um laboratório de restauro e digitalização com mais do que um scanner. Acredito que nesse novo espaço poderemos ter mais de 160 funcionários (em diversas fases, não admitidos de uma só vez). Teremos uma equipe que poderá retomar esses projetos existentes: a digitalização, a continuação do levantamento da documentação e a digitalização da documentação que está espalhada pelo mundo inteiro. Temos documentos em todos os continentes; por isso serão precisos uns 20 ou 30 anos.

Hoje as tecnologias ajudam porque não é só microfilmagem. Embora esteja provado que a microfilmagem é a que tem maior poder de preservação, pois já se passaram mais de cem anos e o microfilme ainda preserva, mas ainda não se passaram cem anos desde que começou o digital. Há processos em países que começaram com digitalizações em massa, mas não houve tratamento documental e isso não deu certo. Nós aproveitaremos a falha dos outros para já não ter esses casos. Mas teremos alguns outros. Nosso grande sonho é passar para o arquivo definitivo com uma equipe capaz de dar conta desses projetos. Teremos décadas a digitalizar documentos que estão no exterior e são importantes para nossa história. É trabalho para mais quatro ou cinco gerações. Comecei há 33 anos e continuo aqui.

ID — Quais são os planos para a nova sede do arquivo? Como se dará a incorporação dos documentos do pós-independência?

AA — O novo edifício abrangerá todos os períodos. Será o Arquivo Nacional. A documentação deve ser entregue ao Arquivo Nacional a partir de 20 ou 25 anos de sua produção. Se nosso país tem 41 anos, já temos esse período e os documentos têm que ser incorporados. Mas não temos espaço. Além disso, toda a documentação do período colonial tem que vir para cá. Os arquivos provinciais podem incorporar os arquivos da administração a partir de 1975 em suas províncias. Temos o papel de orientar a política arquivística nacional.

De 1975 a 1990 os arquivos estão nas instituições que os produziram. Nem sempre estão disponíveis porque não estão tratados nem organizados. Começamos o processo de visitas a essas instituições. Com as visitas, constatamos o estado da documentação e fazemos o levantamento. Teremos que andar pelo país inteiro a ver essas instituições, pois algumas perderam documentos no período da guerra. Mas há outras que ainda os conservam. Às vezes temos pedidos para irmos buscar documentos, mas já não temos espaço aqui. No novo edifício teremos capacidade para incorporar, depois de estarmos totalmente instalados. Então começaremos a fazer essas incorporações em massa. Teremos arquivo para mais de 50 anos.

O futuro arquivo está sendo construído em um terreno no Camama, junto do campus da Universidade Agostinho Neto. Teremos 69 salas para depósito, com 200m² cada uma. Haverá auditórios, salas de trabalho, depósitos, vários laboratórios, espaço para higienizações, desinfestações, tratamentos documentais, salas de reuniões, área pública, salas de formação, gabinetes de trabalho para pesquisadores. É preciso terminar o edifício e

comprar uma série de equipamentos. Não só estantes, mas estantes próprias, scanners, máquinas fotográficas, área para reprodução, laboratório fotográfico. É um arquivo para o futuro. Serão 246 postos de trabalho com 557 postos para usuários ao mesmo tempo. Até alcançarmos tudo isso é claro que vai passar uma fase. Esperamos ter pronto um novo arquivo para os próximos anos.

Alexandra Aparício é doutora em ciências da informação pela Universidade de Brasília. Tem publicado vários escritos sobre Angola e questões de arquivística em Angola.

Iracema Dulley é doutora em antropologia pela Universidade de São Paulo e pesquisadora associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). É autora do livro *Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial* (Annablume, 2010) e de outros escritos sobre Angola.

Notas

1 Carlos Couto, historiador, publicou sobre a presença cigana na colonização de Angola e sobre os capitães-mores no século XVIII.

Foi funcionário do Arquivo Histórico de Angola a partir de 1963, tendo também trabalhado no Instituto de Investigação Científica de Angola (IIICA).

2 Livros manuscritos com informações administrativas.

3 O Arquivo e a biblioteca se separaram no pós-independência. Depois da independência o acervo da Biblioteca

Nacional foi para o prédio onde está hoje e o Arquivo Nacional foi para o prédio onde está hoje. São dois prédios diferentes.

Até a independência, biblioteca e arquivo eram na Fortaleza de São Miguel. Depois da independência cada qual ganhou seu edifício.

4 Polícia Internacional e de Defesa do Estado, órgão responsável pela repressão às formas de oposição ao governo salazarista de 1945 a 1969.

Recebido em 12/03/2017

Aprovado em 20/03/2017